O Espaço Europeu de Educação Superior (EEES) para além da Europa: apontamentos e discussões sobre o chamado Processo de Bolonha e suas influências

Carina Tonieto* Rianca Possel**

O Processo de Bolonha consistiu, inicialmente, em um conjunto de diversas reuniões protagonizadas por ministros da educação de países europeus, com objetivo de discutir e reformar a educação superior europeia, a fim de construir a "Europa do conhecimento" aliada ao desenvolvimento econômico. No dia 19 de junho de 1999, na cidade de Bolonha, 29 países europeus assinaram a então chamada Declaração de Bolonha, ato formal e simbólico que desencadeou sucessivas reuniões de trabalho e a adesão progressiva de países para além da Europa, como os da América Latina. A obra intitulada O Espaço Europeu de Educação Superior (EEES) para além da Europa: apontamentos e discussões sobre o chamado Processo de Bolonha e suas influências, organizada pelos pesquisadores Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Altair Alberto Fávero e Afrânio Mendes Catani, busca esclarecer o que foi o Processo de Bolonha e qual sua influência nas reformas da educação superior dos países latino-americanos.

No primeiro capítulo, Elisabete M. A. Pereira e Rogério D. F. Passos reconstroem aspectos históricos da implementação do Processo de Bolonha. Anteriormente a esse processo, outras tentativas de integrar a educação superior europeia foram realizadas, porém, com as dificuldades e complexidades encontradas no decorrer do acordo, os responsáveis perceberam a necessidade de um estudo mais aprofundado a respeito. Em 1988, a Magna Charta Universitatum, marcou os primeiros passos daquele que, quase onze anos depois, seria conhecido como o Processo de Bolonha. Nesse documento, estavam expostos os ideais da formação universitária europeia,

> Recebido em: 09/09/2016 - Aprovado em: 14/12/2016 http://dx.doi.org/10.5335/rep.v24i1.7014

Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo. Professora e coordenadora do curso de Filosofia da Universidade de Passo Fundo e da área de Ética e Conhecimento. E-mail: tonieto.carina@gmail.com

Graduanda do curso de Filosofia da Universidade de Passo Fundo e bolsista CNPq do Projeto de Pesquisa Interdisciplinaridade, Docência Universitária e Políticas Educacionais, coordenado pelo professor doutor Altair Alberto Fávero. E-mail: bianca.possel@gmail.com

que visavam expandir o conhecimento uniformemente entre todas as universidades, mantendo um padrão entre a pesquisa, o ensino e a autonomia.

A Declaração de Bolonha, em 1999, reafirmaria os aspectos alicerçados na Magna Charta Universitatum. Estava claro que a Europa não queria mais ser vista somente pelo seu potencial econômico, mas também pelo seu potencial intelectual, preocupando-se com as trocas de experiências e as condições que permitiriam uma formação diferenciada ao longo da vida dos estudantes. Algumas preocupações que surgiram ao longo do percurso foram: as questões empregatícias após a diplomação; o tempo de graduação e mestrado; a importância da familiarização com os idiomas europeus, considerando a diversidade e seu reconhecimento no ambiente acadêmico; a modernização do ensino, dentre outras. Conforme aconteciam as reuniões do Processo de Bolonha, outros países europeus e não europeus integravam-se ao processo e começavam a se preocupar com a reestruturação da educação universitária. O Processo de Bolonha, enfim, teria se tornado um modelo a ser seguido mundialmente pelos governos e pelas instituições de educação superior dispostos a integrar os novos processos de internacionalização.

O Processo de Bolonha deve ser lembrado como um conjunto de propostas e reuniões realizadas, inicialmente, pelos governos de alguns países europeus com o objetivo de implementar um processo de harmonização na educação superior europeia no período de 1999 até 2010. Levando em consideração tal premissa, Mario L. N. Azevedo e Afrânio M. Catani, no segundo capítulo, apresentam alguns aspectos importantes das discussões realizadas antes e após a assinatura da Declaração de Bolonha. Eles assinalam que, com a integração de novos países europeus ao processo, as necessidades acadêmicas mudavam, o que implicava alterações nos objetivos iniciais. Uma dessas mudanças ocorreu em 2009, em Louvain-la-Neuve, fixando a continuidade do processo até 2020. Em 2012, com a crise econômica da Europa, o foco foi em maiores incentivos para os estudantes frequentarem as universidades, em forma de créditos, condições de mobilidade, empregabilidade ou inovação no ensino. Após aquele ano, fica ainda mais clara a ideia de tornar a Europa o grande referencial da educação superior mundial, disputando espaço com os Estados Unidos e a China, uma vez que as universidades não europeias, como as do Mercosul, estavam aderindo a um modelo semelhante de educação superior.

Levando em consideração que outros países, além do território europeu, estavam aderindo ao modelo de educação superior do Processo de Bolonha, César Geronimo Tello, no terceiro capítulo, apresenta algumas críticas da "fórmula" neoliberal de educação derivada da Europa no contexto latino-americano. Um dos problemas apontados seria a homogeneização do conhecimento por meio da adesão a determinados padrões de produção e acesso. Esse novo padrão desconsidera os processos de reflexão e a problematização como potencializadores da geração de novos conhecimentos. No entanto, não se pode dizer que os programas embasados no sistema europeu foram inúteis na América Latina, eles impulsionaram a economia e tornaram possível, para muitas parcelas da população, o acesso à universidade. Entretanto, Tello ressalta que todo esse sistema novo que chegou até as universidades latino-americanas não passa de uma realidade estranha, recriada em um contexto diferente. Além disso, não impulsiona a própria capacidade de análise, reflexão, criatividade e até solidariedade acadêmica, pois trata o saber como mais um produto da mercantilização. O autor nos lembra que a contradição não acontece na troca de ideias e saberes de regiões diferentes, cada qual com suas diversidades culturais, sociais e políticas, ela acontece quando uma ou mais regiões, no caso a América Latina, começa a deixar de pensar os próprios problemas para tentar resolver os problemas de outra região, no caso a Europa.

Continuando a discussão, Jayme Moreles Vázquez inicia o quarto capítulo com uma das questões mais discutidas quando se propôs a reforma da educação universitária: com o Processo de Bolonha, a educação representaria um bem público ou mais um objeto comercial para negociação, em especial, na América Latina? Essa questão ganha relevância quando se analisam as influências políticas e econômicas dos países desenvolvidos sobre os países subdesenvolvidos, como o México. Uma dessas influências neoliberais era a de diminuir gastos com a educação pública para investir na educação privada, ou seja, na mercantilização da educação superior. A partir dessa concepção, surgem dúvidas sobre os supostos objetivos econômicos implícitos nos objetivos educacionais do Processo de Bolonha. O México e o Chile foram os primeiros países da América Latina a implementar as ideias neoliberais e mercantis na educação, e o resultado disso, desde então, não acarretou algo positivo socialmente, apesar dos incentivos governamentais para o acesso à educação superior. O ensino privatizado virou uma oportunidade capitalista de oferta, por parte das instituições, e procura, por parte de estudantes, mas nunca chegou perto de combater as desigualdades sob as quais se erigiu. Enfim, o ensino deixou de ser um direito, para se tornar uma mercadoria.

No quinto capítulo, Oscar Espinoza e Luis Eduardo González exploram as repercussões do Processo de Bolonha na educação superior do Chile, especificamente, nas universidades públicas. Retomando brevemente o surgimento de tal processo e, depois, explicando cada um dos seis objetivos iniciais (adoção de um sistema de titulações homogêneo; adoção de um sistema embasado nos ciclos de graduação e pós-graduação; estabelecimento de um sistema de créditos transferíveis; promoção da mobilidade acadêmica; garantia da qualidade; promoção da cooperação interinstitucional), os autores adentram no contexto da educação chilena e tratam sobre quais foram os principais impactos da implementação do novo sistema europeu. Alguns aspectos do Processo de Bolonha presentes na educação superior chilena foram positivos, como a mobilidade acadêmica de professores e estudantes e o fortalecimento de redes de cooperação interinstitucional, entretanto, uma série de dificuldades de ordem econômica, cultural e política é encontrada para "copiar" o sistema europeu.

Guillermo Ruiz, no sexto capítulo, questiona o sistema de avaliação europeu, na graduação e pós-graduação, do ponto de vista da implantação desse sistema na Argentina. Novamente, o problema da homogeneização é recolocado, como em outros países da América Latina. Na tentativa de implementação dos princípios e regras adotados, torna-se visível a heterogeneidade das instituições e dos conhecimentos produzidos. A Argentina, por exemplo, tem um sistema binário de ensino, o que, devido à autonomia universitária, impede a padronização ou harmonização da educação universitária no país.

A questão da influência do governo como orientador das questões econômicas e o neoliberalismo voltam a ser trabalhados no sétimo capítulo, no qual Olga Cecilia Díaz Flórez discute sobre o bem-estar social. Alguns países da América Latina, apesar da forte influência do Processo de Bolonha, ainda tratam a educação como um valor social, porém, há mostras de enfraquecimento, como é o caso colombiano. A Colômbia vem aderindo à mercantilização da educação, tratando-a apenas como objeto econômico, desconsiderando o pressuposto do bem-estar social. Muitas das novas políticas no país são feitas em forma de investimento na educação tecnológica e tecnicista, na educação a distância e também na redução do tempo da graduação, tudo isso para aproximar mais os jovens do mercado de trabalho.

Nicolás Bentancur, no oitavo capítulo, coloca em pauta a segunda reforma universitária do Uruguai, que acontece sob a influência de dois processos: o Processo de Bolonha e o processo regional que as próprias universidades uruguaias estabeleceram. No primeiro momento, são expostas as fontes de inspiração para a reforma, algumas características e objetivos. Dentre os objetivos reformistas, estão "recolher" os melhores ideais do passado uruguaio, superar os desafios do desenvolvimento no momento presente e construir um futuro com um ensino terciário e universitário. Entretanto, a reforma visa mais desenvolvimento econômico do que social, buscando maior acessibilidade e autonomia para os estudantes construírem sua própria carreira. Dentre as iniciativas, está a proposta de um espaço de estudos interdisciplinares e a flexibilização do ensino de graduação, que são possíveis pela descentralização do ensino, a qual funcionou significativamente no Uruguai.

No último capítulo, Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Altair Alberto Fávero e Carina Tonieto discorrem sobre a influência da Declaração de Bolonha no Brasil. Com o enfraquecimento econômico do Estado brasileiro, as universidades públicas, diante da globalização, tiveram que arranjar formas para se manter, despontando como uma solução viável a parceira com o setor privado, o que acarretou uma visão da universidade mais empresarial do que social. O recorte para análise dos autores, no período de 2001 a 2011, mostra que as instituições de ensino superior privadas cresceram a largos passos em comparação com as instituições públicas, ou seja, a maior parte do crescimento das matrículas de estudantes brasileiros se deu especialmente devido à expansão das instituições de ensino privadas. A partir disso, é possível levantar a seguinte questão: seria esse crescimento das instituições de ensino superior privadas uma consequência do Processo de Bolonha?

Pode-se dizer que, no sistema educacional brasileiro, foram inseridos alguns aspectos característicos do Processo de Bolonha, entretanto, não o foram aleatoriamente, mas, sim, porque o Brasil estava/está passando por certas necessidades que o direcionam a adotar medidas semelhantes ao Processo de Bolonha, diante das demandas oriundas dos processos de globalização econômica. Contudo, considerando-se apenas o aspecto econômico da globalização, corre-se o risco de deixar a educação à mercê das tendências tecnicistas e instáveis, não suprindo as demandas sociais da educação superior brasileira.

Por fim, o posfácio de César Geronimo Tello discorre sobre as origens do Processo de Bolonha como um todo na América Latina, que, de certa forma, sempre foi colonizada por algum sistema, ao invés de ser revolucionária. Com a expressão popular "abandonar os claustros", o autor sugere que seja feita uma verdadeira revolução educacional. "Abandonar os claustros" não significa abandonar o conhecimento, mas, sim, submeter o sistema a críticas, análises e debates, para tornar a educação mais humana. Uma educação que seja democrática e que enxergue a verdadeira população e suas necessidades regionais, e não um ensino elitizado, homogêneo e limitado.

Diante de tais análises, vimos que o Processo de Bolonha, no contexto europeu, iniciou conjuntamente em diversos países do continente com fins de reformular e tornar o ensino superior mais harmônico e competitivo no mercado internacional. Tornar a Europa um potencial concorrente, tanto econômica quanto educacionalmente, dos sistemas dos Estados Unidos e do Japão também foi um dos objetivos do Processo de Bolonha, mesmo que não fosse o argumento oficial. Quando a europeização da educação superior se estabeleceu em países latino-americanos, alguns problemas emergiram diante da heterogeneidade cultural e regional. Por isso, consideramos que pensar a educação superior nesse contexto de "mercado internacional" não pode limitar-se a copiar o modelo da educação europeia e aplicá-lo no contexto latino-americano, sem levar em consideração uma série de fatores que podem prejudicar ou colocar em desvantagem os mesmos estudantes que inicialmente seriam beneficiados.

É necessária uma reforma da própria reforma, e disso não há dúvida, pois o Processo de Bolonha nos dá mais um exemplo de que cuidar da educação é uma ação estratégica para que seja possível o desenvolvimento humano, assim como nos mostra que é possível que os países tenham aspectos e programas em comum. porém, não se pode deixar de levar em consideração as condições históricas e culturais específicas, diante das quais determinadas mudanças ou reformas funcionam mais como potencializadoras das injustiças sociais do que alternativas para a sua superação. Por isso, acreditamos que a educação deve ser garantida como direito e não somente como mais um produto disponível no mercado.

Referência

ALMEIDA, M. L. P.; FÁVERO, A. A.; CATANI, A. M. (Org.). O Espaco Europeu de Educação Superior (EEES) para além da Europa: apontamentos e discussões sobre o chamado Processo de Bolonha e suas influências. Curitiba: CRV, 2015.